



Anais da Assembléia

Nº 004

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 1º DE MARÇO DE 1990

ANO XVI

4.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**
ATA DA 03.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 1990

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Irondi Pugliesi, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes e Renato Adur (24). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Werner Wanderer, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Cândido Bastos, David Cheriegate, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Iosso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (30).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida à chamada nominal)

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu indago o Secretário que procede à chamada se o Deputado Nilton Barbosa está presente.

1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Chegou agora aqui, Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - O traje dele está faltando com o decoro, não está de acordo com o Regimento Interno, pode anotar sua presença ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A presença é física, e nós vamos anotar a presença do Deputado Nilton Barbosa, quanto a ele estar sem gravata é um problema dele, pessoal.

O SR. PEDRO TONELLI - Então eu agradeço, e de hora em diante eu posso adotar o mesmo procedimento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode vir até de cueca se quiser.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - 21 (vinte e um) Srs. Deputados responderam à chamada na 1.ª Secretaria, Sr. Presidente, 21 Srs. Deputados estão presente na Casa ou em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há quórum para prosseguimento da sessão e a Ata está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovada.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A verificação de votação foi feita através da chamada nominal.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência tem que dizer o resultado da votação. Está aprovado com quantos votos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Por unanimidade. Mas se Vossa Excelência quiser, se Vossa Excelência é tão diligente Deputado nós vamos proceder à verificação de votação.

18 (dezoito) aprovam. Está aprovada a Ata.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do expediente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Sr. Presidente, por gentileza, eu gostaria que Vossa Excelência declinasse o nome dos Deputados que aprovaram a Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós não estamos numa casa escolar Deputado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Mas Vossa Excelência está agindo muito pior do que estivesse, porque não tem 19 (dezenove) Senhor Presidente, todo mundo está vendo que aqui não tem 19 (dezenove) Deputados, nem 18 (dezoito). Não existe Sr. Presidente, desse jeito fica muito difícil de trabalhar, porque Vossa Excelência está mandando aqui, virou um ditador nesta Casa, nós somos em 54 (cinquenta e quatro) Deputados, não é um apenas que manda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência como Líder do Governo não tem o direito de chamar a atenção da Mesa.

Vossa Excelência fique no seu lugar e o 1º Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Todo mundo está vendo aqui que não tem 19 (dezenove) Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens

MENSAGEM 08/90

Curitiba, 19.02.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta ao projeto Investimento para Produção de Habitação Popular - COHAPAR do Gabinete do Secretário Especial da Política Habitacional - Entidades Vinculadas a importância de NCz\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados novos).

Informo que a presente mensagem atende as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados ao Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1990 e vetadas por ocasião da sanção.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados novos), no projeto Investimento para Produção de Habitação Popular - COHAPAR do Gabinete do Secretário Especial da Política Habitacional - Entidades Vinculadas, conforme dotação abaixo:

0910.10573161.015 - Investimento para Produção de Habitação Popular - COHAPAR;

4140.00 - Constituição ou Aumento de capital de Empresas Industriais ou Agrícolas - fonte 00 - NCz\$ 200.000.000,00.

Art. 2º - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica aprovada a 1ª reformulação da programação orçamentária global da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, constante do anexo VI da Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, conforme anexo.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 09/90

Curitiba, 19 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que altera os limites para abertura de créditos suplementares fixados na lei 9.173, de 27 de dezembro de 1989.

A autorização no valor de NCz\$ 3.561.194.768,00 (três bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cento e noventa e quatro mil, setecentos e sessenta e oito cruzados novos), se destinará exclusivamente ao atendimento de despesa de pessoal e encargos sociais do Poder Executivo conforme proposição inclusa no substitutivo da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, constante do anexo VII do Orçamento Programa Anual para o exercício de 1990 e vetado por ocasião da sanção.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da presente autorização para abertura de créditos suplementa-

res é a decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n. 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento do Estado para 1990.

O valor solicitado atenderá parte das necessidades de dispêndios com pessoal e encargos sociais e decorre principalmente do processo inflacionário acelerado e de fatos já consumados na data base de aumento do funcionalismo público, cujo aumento em janeiro elevou a folha de pagamento para NCz\$ 1,9 bilhões e com previsão para fevereiro de NCz\$ 2,2 bilhões.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n. 9.173 de 27 de dezembro de 1989, a conta de Receitas de Recolhimento Centralizado, até o valor NCz\$ 3.561.194.768,00 (três bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cento e noventa e quatro mil, setecentos e sessenta e oito cruzados novos), a fim de atender despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º - Servirá como fonte para cobertura do crédito referido no artigo 1º igual importância proveniente de saldo de receita existente na Lei Estadual n. 9.173, de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 10/90

Curitiba, 19 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta à programação a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER a importância de NCz\$ 1.005.000.000,00 (um bilhão e cinco milhões de cruzados novos), que serão distribuídos aos seguintes programas:

- Programa Normal de Obras
NCz\$ 490.000.000,00
- Estradas Rurais - CEF
NCz\$ 220.000.000,00
- Apoio Rodoviário aos Municípios
NCz\$ 50.000.000,00
- Conservação do Sistema Rodoviário

Estadual

NCz\$	180.000.000,00
- Administração Geral - DER	
NCz\$	65.000.000,00
TOTALNCz\$	1.005.000.000,00

Informo que a presente Mensagem atende as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados ao orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1990 e vetadas por ocasião da sanção.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei n. 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 1.005.000.000,00 (um bilhão e cinco milhões de cruzados novos), na programação a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER conforme dotação abaixo:

4502.16885362.202 - Programação a Cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

3211.03 - Transferências a Entidades Estaduais para Outras Despesas Correntes - fonte 00 NCz\$ 204.796.000,00.

4311.02 - Transferências a Entidades Estaduais para Execução de Outras Despesas de Capital.

fonte 00 - NCz\$ 740.204.000,00

fonte 00 - NCz\$ 60.000.000,00

Art. 2º - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei n. 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica suplementado o orçamento próprio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual n. 9.173 de 27 de dezembro de 1990 conforme dotações abaixo:

4688.16885371.091 - Programa Normal de Obras.

4110.00 - Obras e Instalações - fonte 00 - NCz\$ 490.000.000,00

4688.16885341.095 - Estradas Rurais - CEF;

4110.00 - Obras e Instalações - fonte 00 - NCz\$ 160.000.000,00

fonte 20 - NCz\$ 60.000.000,00

4688.16885382.208 - Apoio Rodoviário aos Municípios;

3120.00 - Material de Consumo - fonte
00 - NCz\$ 20.000.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos -
fonte 00 - NCz\$ 10.000.000,00
4110.00 - Obras e Instalações - fonte
00 - NCz\$ 20.000.000,00
4288.16885382.207 - Conservação do
Sistema Rodoviário Estadual;
3120.00 - Material de Consumo - fonte
00 - NCz\$ 82.497.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .
fonte 00 - NCz\$ 27.299.000,00
4110.00 - Obras e Instalações - fonte
00 - NCz\$ 68.019.000,00
4120.00 - Equipamentos e Material Per-
manente

fonte 00 - NCz\$ 2.185.000,00
4688.16070212.205 - Administração Ge-
ral - DER;
3231.00 - Subvenções Sociais - fonte
00 - NCz\$ 65.000.000,00

Art. 4º - Em decorrência do artigo 3º
desta lei fica aprovada a 1ª reformulação
do orçamento próprio de receita por fon-
tes, natureza da despesa e programa de
trabalho, do Departamento de Estradas de
Rodagem - DER, conforme anexo.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na
data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 12/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada
consideração dessa egrégia Assembléia Le-
gislativa anteprojeto de lei que acrescen-
ta o valor de NCz\$ 15.243.000,00 (quinze
milhões, duzentos e quarenta e três mil
cruzados novos) na Programação a cargo da
Fundação Faculdade de Educação Musical do
Paraná, o valor de NCz\$ 2.000.000,00 (dois
milhões de cruzados novos) na Programação
a cargo da Fundação Escola de Música e Be-
las Artes do Paraná e o valor de NCz\$
7.000.000,00 (sete milhões de cruzados no-
vos) na Programação a cargo da Biblioteca
Pública do Paraná.

Informo que a presente mensagem atende
as emendas apresentadas pelos Senhores De-
putados ao Orçamento Geral do Estado para
o exercício financeiro de 1990 e vetadas
por ocasião da sanção.

Esclareço também que a fonte de recur-
sos para a cobertura da referida programa-
ção é decorrente do saldo de receita exis-
tente na Lei nº 9173, de 27 de dezembro de
1989, que aprovou o Orçamento do Estado
para 1990.

Certo de poder contar com a atenção
dessa egrégia Assembléia Legislativa, rei-
tero a Vossa Excelência as expressões do
meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito su-
plementar no valor de NCz\$ 15.243.000,00
(quinze milhões, duzentos e quarenta e
três mil cruzados novos), sendo
NCz\$ 6.243.000,00 (seis milhões, duzentos
e quarenta e três mil cruzados novos) na
programação a cargo da Fundação Faculdade
de Educação Musical do Paraná, NCz\$
2.000.000,00 (dois milhões de cruzados no-
vos) na programação a cargo da Fundação
Escola de Música e Belas Artes do Paraná e
NCz\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruza-
dos novos) na Programação a cargo da
Biblioteca Pública do Paraná, conforme do-
tação abaixo:

- 0908.08442052.085 - Programação a cargo
da Fundação Faculdade de Educação Musical
do Paraná.

- 3211.03 - Transferências a Entidades Es-
taduais para Outras Despesas Correntes -
fonte 00 - NCz\$ 243.000,00.

- 4311.02 - Auxílio a Entidades Estaduais
para execução de Outras Despesas de Capi-
tal - fonte 00 - NCz\$ 6.000.000,00.

- 0908.08442052.120 - Programação a cargo
da Fundação Escola de Música e Belas Artes
do Paraná.

- 4311.02 - Auxílio a Entidades Estaduais
para Execução de Outras Despesas de Capi-
tal - fonte 00 - NCz\$ 2.000.000,00.

- 2902.08482472.063 - Programação a cargo
da Biblioteca Pública do Paraná.

- 4311.02 - Auxílio a Entidades Estaduais
para Execução de Outras Despesas de Capi-
tal - fonte 00 - NCz\$ 7.000.000,00.

Art. 2º - Servirá como fonte para a
cobertura da presente suplementação igual
importância decorrente do saldo de receita
existente na Lei Estadual nº 9.173 de 27
de dezembro de 1989, que aprovou o Orça-
mento Geral do Estado para o exercício fi-
nanceiro de 1990.

Art. 3º - Em decorrência do contido no
artigo 1º desta lei, ficam suplementados
os orçamentos próprios da Fundação Facul-
dade de Educação Musical do Paraná, Funda-
ção Escola de Música e Belas Artes do Pa-
raná e Biblioteca Pública do Paraná, apro-
vados pela Lei Estadual nº 9.173 de 27 de
dezembro de 1989, conforme dotações abai-
xo:

- 3600.08442052.088 - Administração do En-
sino Superior em Educação Musical.

3132.00 - Outros Serviços e Encargos -
fonte 00 - NCz\$ 243.000.000,00

- 4210.00 - Aquisição de Imóveis - fonte
00 - NCz\$ 6.000.000,00

- 3400.08442052.087 - Administração do En-
sino Superior de Música e Belas Artes

- 4110.00 - Obras e Instalações - fonte 00
- NCz\$ 2.000.000,00

- 7000.08070251.014 - Expansão e Descen-

tralização da Biblioteca Pública do Paraná - 4110.00 - Obras e Instalações - fonte 00 - NCz\$ 7.000.000,00

Art. 4º - Em decorrência do artigo 3º desta lei fica aprovada a 1ª reformulação dos orçamentos próprios de receita por fontes, natureza da despesa e programa de trabalho, da Fundação Faculdade de Educação Musical, da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná e da Biblioteca Pública do Paraná, conforme anexo.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 14/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio nº 03/89 - COMEC, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 22 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Colombo, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação do acesso ao Jardim das Graças, através da Rua Hélio Dalprá e Rua Ângelo Falavinha Dalprá, na sede do referido Município.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 15/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 28 de dezembro de 1989, em Brasília - DF, entre o Estado do Paraná, e o Ministério das Minas e Energia, objetivando a execução de parte do Programa de Eletrificação e Irrigação em Comunidades Rurais, especificamente na construção de linha de eletrificação rural nos Municípios de Campina Grande do Sul e Mandrituba.

Certo de que a presente solicitação

merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 16/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Termo de Ajuste, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 18 de dezembro de 1990, entre a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a prestação de serviços à SEPL pela FASPAR, através da colocação de Guardas Mirins.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

TERMO DE AJUSTE DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, DORAVANTE DENOMINADA SEPL, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SEU TITULAR, PROF. FRANCISCO DE B. B. DE MAGALHÃES FILHO E A FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ, DORAVANTE DENOMINADA FASPAR, REPRESENTADA PELO SENHOR VINICIO OSCAR KIRCHNER, DIRETOR TÉCNICO, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ÀS QUAIS SE OBRIGAM EXPRESSAMENTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O Presente Termo de Ajuste de Cooperação Técnico-Financeira, tem por objeto a Prestação de Serviços à SEPL por parte da FASPAR, tendo-se em vista o cumprimento dos seus objetivos, dispostos na Lei 8485/87, combinados com os do extinto Instituto de Assistência ao Menor - IAM, contidos no art. 2º, do Decreto nº 17.954, de 27 de abril de 1965.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A prestação de serviços de que trata a Cláusula anterior, será feita pela FASPAR através da colocação de Guardas Mirins, que desenvolverão as suas atividades nas dependências da SEPL.

§ 1º - A SEPL solicitar à FASPAR o número de Guardas Mirins que forem necessá-

rios para o atendimento da rotina de serviços gerais de seus setores.

§ 2º - A solicitação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser encaminhada pelo órgão interessado, assinada por pessoa credenciada, à FASPAR.

§ 3º - Compete à SEPL:

a) designar funcionários capacitados para proceder o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos desenvolvidos pelos Guardas Mirins;

b) avaliar o desempenho dos Guardas Mirins, através do preenchimento de fichas e formulários fornecidos pela FASPAR.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O valor do presente Termo de Ajuste de Cooperação Técnico-Financeira é estimado em NCz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) que correrá à conta da Dotação Orçamentária n° 1503.03090402.188, Elemento de Despesa n° 3132, Sub-item de Despesa n° 3800, Empenho n° 15000009.

Parágrafo Único - A importância (Salário Mínimo Mensal) requerida mediante a apresentação de faturas referentes nos valores gastos mensalmente com os serviços prestados pelos mensageiros, deverá ser creditada na C/C 6314-5, denominada de FASPAR - Centro de Integração Comunitária "Diva Pereira Gomes", Banestado - Agência Batel, Avenida Batel, n° 1938, até o dia 10 do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA:

Os Guardas Mirins alocados por força deste Termo de Ajuste de Cooperação Técnico-Financeira, não terão vínculo empregatício com a SEPL, desobrigando-se, desta forma, ao recolhimento de qualquer das obrigações sociais decorrentes de Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor.

CLÁUSULA QUINTA:

O prazo de duração do presente Termo de Ajuste de Cooperação Técnico-Financeira, será de 12 (doze) meses, a partir de 01/01 à 31/12/90.

§ 1º - O presente instrumento durante a sua vigência e, no interesse da administração, desde que cumpridas as disposições do artigo 47 do Decreto-Lei 2300/86, poderá ser prorrogado por mais um período de 12 meses desde que as partes se manifestem por escrito com a antecedência de 15 dias.

§ 2º - O presente Termo de Ajuste de Cooperação Técnico-Financeira, poderá ser rescindido unilateralmente, na ocorrência de inadimplemento por qualquer das partes a qualquer condição neste estabelecimento ou por motivo decorrente de caso fortuito, devendo a rescisão ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, permanecendo em vigor as obrigações oriundas de ordens de serviços, salvo acordo

expresso.

CLÁUSULA SEXTA:

O presente Termo de Ajuste de Cooperação Técnico-Financeira, tornar-se-á perfeito e acabado após a assinatura das partes e sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Fica eleito o foro de Curitiba, para dirimir qualquer dúvida do presente Termo de Ajuste de Cooperação Técnico-Financeira, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja.

CLÁUSULA OITAVA:

E, por estarem assim de acordo e compromissados, assinam este instrumento na presença das testemunhas abaixo, para um só efeito de direito, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 18 de janeiro de 1990.

(aa) FRANCISCO DE B. B. DE MAGALHÃES FILHO
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Social

VINÍCIO OSCAR KIRCHNER

Diretor Técnico da FASPAR

TESTEMUNHAS:

Rosângela Heinz Gavinho

Denise Lopes Teixeira

MENSAGEM N° 17/90

Curitiba, 21.02.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao convênio cujo cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 24 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná e a Empresa de Portos do Brasil S.A. PORTOBRÁS com a intervenção da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. - FERROESTE, visando o aproveitamento múltiplo das hidrovias do Rio Paraná e do Rio Ivaí, com integração do terminal ferroviário e Guaíra.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 18/90

Curitiba, 21.02.90

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art.

54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já firmado, por motivo de urgência, em 16 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, o Município de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a realização anual do FESTIVAL DE MÚSICA DE LONDRINA.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 19/90

Curitiba, 21.02.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Termo de Revigoração, cuja cópia segue em anexo, já firmado, por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, do convênio celebrado em 25.05.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro Positivista do Paraná, objetivando apoio do Estado na realização do I Simposium Internacional Positivismo x Humanismo, aprovado pelo Comitê de Eventos do CONCITEC.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 20/90

Curitiba, 21.02.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao 1° Termo Aditivo, cuja cópia segue em anexo, já firmado, por motivo de urgência, em 20 de novembro de 1989, referente ao Convênio celebrado em 20 de julho de 1989, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S.A., objetivando o agenciamento financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário

apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 21/90

Curitiba, 21.02.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná- IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa e tecnologia, conforme especifica.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 22/90

Curitiba, 21.02.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao convênio cuja cópia segue em anexo, já firmado, por motivo de urgência, em 20 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", objetivando a realização do "Projeto Guaraqueçaba", para propiciar melhoria das condições de vida da população do Município de Guaraqueçaba.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 23/90

Curitiba, 21.02.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual,

solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa, ao Termo de Cooperação já firmado por motivo de urgência, em 17 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná, objetivando a inserção da contribuição sindical no Documento Único de Trânsito- DUT.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE FIRMAM O ESTADO DO PARANÁ; POR SUA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ E O SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS NO ESTADO DO PARANÁ.

O Estado do Paraná, por sua Secretaria de Estado da Segurança Pública, através do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná- DETRAN/PR, neste ato representado pelo titular Doutor Jesus Sarrão e o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu presidente, Senhor Diumar Deleu Cunha Bueno, acordam em celebrar o presente Termo de Cooperação, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo tem o objetivo de inserção da contribuição sindical devida anualmente pelos participantes da categoria econômica ao Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado do Paraná, nos termos dos Arts. 579 e 580, II, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, no Documento Único de Trânsito - DUT;

CLÁUSULA SEGUNDA: O Departamento de Trânsito, ao emitir o Documento Único de Trânsito - DUT, reunirá em campo específico, o valor devido pelo usuário, Transportador Autônomo, em valor de referência regional - VRR equivalente a 30% (trinta por cento) do maior valor de referência (MVR, que será recolhido pelo Banco do Estado do Paraná S/A, juntamente com as taxas de licenciamento, Seguro Contra Danos Provocados por Veículos Automotores Terrestres - DPVAT e Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;

CLÁUSULA TERCEIRA: O recolhimento a

que se refere a cláusula segunda será feito nas datas em que o usuário renovar o licenciamento do veículo, sendo facultado recusar o pagamento da contribuição sindical;

CLÁUSULA QUARTA: O Departamento de Trânsito, que receberá o crédito no quarto dia útil após a cobrança pelo Banco do Estado do Paraná S/A, fará o repasse do valor, no prazo de 11 (onze) dias úteis, depositando-o em conta especial e transitória no mesmo Banco do Estado do Paraná S/A, agência Tarumã, em nome do referido Sindicato;

CLÁUSULA QUINTA: Para a satisfação dos custos operacionais, o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado do Paraná pagará ao Departamento de Trânsito 10% (dez por cento) da quantia arrecadada sobre o percentual de participação do Sindicato:

§ 1º - Se as despesas operacionais ultrapassarem os 10% (dez por cento), o Sindicato complementarará o pagamento da diferença.

§ 2º - O Sindicato efetuará o pagamento ao DETRAN até o último dia do mês subsequente ao repasse constante da cláusula quarta.

CLÁUSULA SEXTA: O Departamento de Trânsito encaminhará ao Sindicato e à Agência Tarumã do Banco do Estado do Paraná S/A listagem dos usuários que recolheram a contribuição e respectivos valores, encaminhando, também, listagem dos que se recusarem a pagar, no prazo do repasse referido na cláusula quarta, relativa ao valor repassado à mencionada agência;

CLÁUSULA SÉTIMA: O prazo de duração do presente Termo de Cooperação será de 5 (cinco) anos, podendo ser denunciado pelas partes com antecedência de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA OITAVA: Rescindido o Termo de Cooperação, desobriga-se o DETRAN de emitir Documento Único de Trânsito-DUT, na forma prevista na cláusula segunda;

CLÁUSULA NONA: Os casos omissos serão resolvidos mediante entendimento entre as partes signatárias.

Curitiba, 17 de janeiro de 1990.

(aa) ÁLVARO FERNANDES DIAS

Governador do Estado
ANTÔNIO LOPES DE NORONHA
Secretário de Estado
da Segurança Pública
JESUS SARRÃO

Diretor Geral DETRAN-PR

DIUMAR DELEU CUNHA BUENO

Presidente SINDICAM-PR

TESTEMUNHAS:

Osvaldo Reginato

André Folck Netto

MENSAGEM N° 24/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação desta Augusta Assembléia Legislativa ao Protocolo de Intenções cuja cópia segue em anexo, já firmado, por motivo de urgência, em 12 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e a Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, visando ampliar a capacidade do Corredor de Exportação.

Certo de que a presente solicitação merecerá desta Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FAZEM
A EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S/A - PORTOBRÁS E A ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, NA FORMA ABAIXO:

A EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S/A - PORTOBRÁS, Empresa Pública de Direito Privado, vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Blocos D e F, Brasília, DF, CGC n° 33.640.988/0001-02, daqui por diante denominada PORTOBRÁS, neste ato representada por seu Presidente CARLOS THEÓFILO DE SOUZA E MELLO e por seu Diretor de Operações e Drenagem FERNANDO ANTÔNIO DE MIRANDA, devidamente autorizados pela Diretoria na Reunião realizada em 09 de janeiro de 1990, e a ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, Autarquia do Estado, com sede na BR 277, Km 0, na cidade de Paranaguá-PR, CGC n° 79.621.439/0001-91, daqui por diante denominada APPA, neste ato representada por seu Diretor Superintendente FRANCISCO DELIBERADOR NETO.

CONSIDERANDO as negociações havidas entre si sobre a necessidade da realização de obras de expansão do Porto de Paranaguá;

CONSIDERANDO que o presente Protocolo manifesta a intenção das partes em realizarem o que aqui ficar estipulado;

CONSIDERANDO que o objeto do presente Instrumento é necessário para a economia do Estado do Paraná, visando a ampliar a capacidade do Corredor de Exportação;

CONSIDERANDO que o movimento ascendente de granéis sólidos exige o aumento das capacidades de recepção, armazenagem e carregamento;

CONSIDERANDO que o acelerado processo de containerização de carga geral está exigindo a implantação de terminal especializado para atender a demanda crescente;

RESOLVEM assinar o presente Protocolo de Intenções, com respaldo nas cláusulas e condições a seguir explicitadas:

CLÁUSULA I:

A PORTOBRÁS e a APPA se comprometem a participar das obras de expansão do Porto de Paranaguá, consistindo de:

OBRAS CIVIS

Construção de 80 metros de cais, com plataforma de 16 metros de largura e 13 metros de profundidade, com recursos da APPA.

CLÁUSULA II:

O custo total estimado para as obras é de 11.000.000 de BTN (onze milhões de BTN).

CLÁUSULA III:

A participação financeira da APPA consistirá no fornecimento de recursos próprios, exclusive aqueles provenientes da tarifa ou com outros que o Governo do Estado do Paraná venha a alocar em seus futuros orçamentos.

A participação da PORTOBRÁS será efetivada exclusivamente com recursos do Tesouro que vierem a ser alocados em seu orçamento.

CLÁUSULA IV:

O prazo de construção é estimado em dois anos, a cargo da APPA, ficando acertado que a construção será executada em duas partes: a primeira que consistirá nas obras relativas ao cais, dragagem e aterro do pátio e a segunda com as obras complementares.

CLÁUSULA V:

O projeto básico para a execução das obras será fornecido pela PORTOBRÁS, podendo ser introduzidas alterações que visem a sua simplificação e redução de custos.

Parágrafo Único - A PORTOBRÁS deverá examinar e opinar sobre os orçamentos es-

timativos e Programas de Trabalho que serão definidos e executados de acordo com os recursos alocados, no Orçamento da União destinados aos objetivos do Convênio.

CLÁUSULA VI:

A APPA procederá à contratação das obras e serviços, de acordo com a "Norma de Contratação" aprovada pelo CONSAD da PORTOBRÁS, Deliberação n° 029/88, de 30/10/88, e pelo Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, em despacho de 14/07/88, no processo MT n° 20.000.020646/87-36, publicado no Diário Oficial da União de 21/07/88.

CLÁUSULA VII:

A coordenação, gerência e fiscalização das obras será realizada por Comissão Mista paritária da APPA e PORTOBRÁS.

E, para confirmar suas intenções, as partes firmam este protocolo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Paranaguá, 12 de janeiro de 1990.

(aa) CARLOS THEÓFILO DE SOUZA E MELLO

PORTOBRÁS

FERNANDO ANTÔNIO DE MIRANDA

PORTOBRÁS

FRANCISCO DELIBERADOR NETO

APPA

TESTEMUNHAS:

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado do Paraná

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

Ministro dos Transportes

HEINS GEORG HERWIG

Secretário dos Transportes

MENSAGEM N° 25/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Protocolo de Intenções, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em janeiro de 1990, em Brasília-DF, entre o Estado do Paraná e Ministério dos Transportes, objetivando formalizar entre as partes a intenção do Governo Federal em repassar à FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A, recursos federais correspondentes à parcela do capital social da Empresa subscrita pela União.

Certo de que a presente solicitação merecerá desta Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, E O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, RELATIVO À PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA FERROESTE S/A, NA FORMA ABAIXO:

CONSIDERANDO o interesse do Governo Federal, incorporado às diretrizes do Ministério dos Transportes, em incentivar a participação da iniciativa privada na modernização e desenvolvimento do sistema nacional de transporte, notadamente na modalidade ferroviária,

CONSIDERANDO que o Governo do Estado do Paraná tem procurado criar condições e contribuir para que essa participação da iniciativa privada viabilize a implantação de empreendimento ferroviário imprescindível ao melhor desempenho do setor agrícola concentrado no oeste daquele Estado,

CONSIDERANDO que, nesse sentido, foi constituída, em 15 de março de 1988, a empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE, com ampla participação acionária de entidades privadas, tendo como objetivo estender a malha ferroviária existente no Estado do Paraná, a partir de Guarapuava e seguindo em direção ao noroeste do Estado;

CONSIDERANDO que do capital social daquela Empresa participam, além do setor privado, no percentual de 86,25%, o Governo Estadual, com 6,25%, e o Governo Federal, através das empresas vinculadas ao Ministério dos Transportes, Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA e VALEC - Engenharia, Construção e Ferrovias S/A, com o percentual de 7,5%,

CONSIDERANDO que, como parte de seu apoio institucional ao empreendimento, o Governo Federal outorgou à FERROESTE S/A a necessária concessão para a construção, uso e gozo do ramal ferroviário de Guarapuava a Cascavel, no Paraná, é daí até Dourados, no Mato Grosso do Sul, através do Decreto n° 96.913, de 03 de outubro de 1988,

CONSIDERANDO que outras medidas fazem-se necessárias à concretização do empreendimento, notadamente no que se refere ao aporte de recursos federais de forma a acompanhar a atualização do capital social da Empresa, mantida a mínima participação acionária da União,

CELEBRA-SE o presente Protocolo de Intenções, que se regerá pelas cláusulas se-

1. OBJETIVO

O presente Protocolo tem por objetivo formalizar entre as partes a intenção do Governo Federal em repassar à FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A, pelos meios legais, recursos federais correspondentes à parcela do capital social da Empresa subscrita pela União.

2. FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Os recursos federais destinados à participação da União no capital da FERROESTE S/A estão propostos na Lei do Orçamento Geral da União, que deve ser ainda sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Tão logo a referida Lei entre em vigor, o Ministério dos Transportes tomará as providências necessárias para que os recursos, então disponíveis, sejam repassados imediatamente à FERROESTE, diretamente ou através de suas empresas vinculadas, obedecida a legislação e os procedimentos cabíveis.

3. VALOR

O montante dos recursos a serem repassados à FERROESTE S/A será aquele consignado, em rubrica específica, no Orçamento Geral da União a ser aprovado.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os recursos de que trata este Protocolo deverão ser utilizados pela FERROESTE S/A exclusivamente na cobertura de despesas incorridas na elaboração de estudos/projetos e/ou obras civis necessárias à implantação do trecho ferroviário para qual recebeu a Concessão do Ministério dos Transportes.

A FERROESTE S/A deve manter atualizada, junto ao Ministério dos Transportes, a relação dos subscritores de seu capital, bem como o valor da parcela com que cada um participa do empreendimento.

A FERROESTE S/A compromete-se a manter o Ministério dos Transportes informado sobre o andamento das atividades relacionadas à implantação do projeto, principalmente no que se refere aos dispêndios dos recursos repassados pela União.

Brasília, de janeiro de 1990.

(aa) JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

Ministro de Estado dos Transportes

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado do Paraná

MENSAGEM N° 26/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual,

solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa, ao Convênio n° 70/090/89, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 15 de dezembro de 1989, em Brasília - DF, entre os Estados do Paraná e o Ministério da Marinha, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, objetivando o desenvolvimento dos subprojetos W09-2046 - GERENCIAMENTO COSTEIRO e 0100 - ZONEAMENTO COSTEIRO, no litoral paranaense.

Certo de que a solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 27/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa, ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre o Estados do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a realização dos cursos que especifica.

Certo de que a solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 28/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa, ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre o Estados do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa científica, conforme especifica. Certo de que a solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Exce-

lência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 29/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa, ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre o Estados do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI, objetivando a realização dos cursos que especifica.

Certo de que a solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 30/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa, ao Convênio n° 02/89 - COMEC, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 22 de dezembro de 1989, entre o Estados do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Araucária, objetivando a aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação da Avenida Archelau de Almeida Torres, na sede do referido Município.

Certo de que a solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 31/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, à União Federal, através do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, uma área construída de 368,24 m², constituída de dois pavimentos, no imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado no Município de Toledo e havido pela Matrícula R.1-15.182, do 1° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade eis que na área a ser cedida por cinco anos e com possibilidade de prorrogação por igual período, será instalada uma Junta de Conciliação e Julgamento, da Justiça do Trabalho, fato que, sem qualquer dúvida, trará grandes benefícios àquela região.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder em caráter de utilização gratuita, à União Federal, através do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, 368,242 m² de área construída, constituída de dois pavimentos, no imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado no Município de Toledo, havido pela matrícula R.1.15.182, do 1° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2° - A área de que trata o Art. 1°, será destinada à instalação de Junta de Conciliação e Julgamento, tendo a cessão a duração de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada uma só vez, por igual período, não podendo ser transferida a utilização para terceiros, nem destinada a outros fins, sob pena de tornar-se inválida a cessão automaticamente.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 32/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Na conformidade do disposto no art. 116, da Constituição Estadual, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de submeter à aprovação dessa

Augusta Assembléia Legislativa o nome do Dr. Luiz Chemin Guimarães para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Devo esclarecer que o escolhido figurou na lista tríplice de nomes indicados em eleição realizada em 19 do corrente mês, pelos integrantes do Ministério Público, na forma da Lei n. 9.199, de 18 de janeiro de 1990, cujo resultado está detalhadamente contido no anexo expediente da respectiva Comissão Eleitoral.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

A Diretoria Legislativa.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Curitiba, 19 de fevereiro de 1990.
Senhor Procurador-Geral:

Temos a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que os candidatos inscritos à eleição para formação de lista tríplice ao cargo de Procurador-Geral da Justiça, após regular processo de escolha, realizada nos termos da Lei Estadual n. 9.199/90 e da Resolução n. 0095/90-PGJ, obtiveram a seguinte votação:

Dr. AGUINALDO SANTA THEREZA BORGES VIEIRA - 163 votos;

Dra. CELITA ALVARENGA BERGOTTI - 96 votos;

Dr. EDUARDO CORRÊA BRAGA - 163 votos;

Dr. LUIZ CHEMIN GUIMARÃES - 236 votos.

Valemo-nos da oportunidade, para reiterar a Vossa Excelência, nossos protestos de estima e consideração

(aa) CARLOS AUGUSTO HOFFMANN

Procurador da Justiça

RENE KRAVETZ

Procurador de Justiça

DIRCEU CORDEIRO

Promotor de Justiça

Excelentíssimo Senhor
Dr. ANTERO DA SILVEIRA,
Digníssimo Procurador-Geral de Justiça,
em exercício
N/CAPITAL.

MENSAGEM N° 33/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, os inclusos convênios celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios adiante mencionados,

objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural:

Município	n° e data do Convênio
Maringá	- 011/89 - 14.09.89
Guaraci	- 032/89 - 18.09.89
Ivaiporã	- 038/89 - 19.09.89
Manoel Ribas	- 048/89 - 19.09.89
Nova Aurora	- 053/89 - 19.09.89
Nova Santa Rosa	- 055/89 - 19.09.89

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 34/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa aos convênios, cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios adiante nominados, objetivando a manutenção e a proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas, na forma do Programa Paraná-Rural:

Municípios	n° e data do Convênio
Marilândia do Sul	- 082/89 - 12.10.89
Sta. Terezinha do Itaipu	083/89 - 12.10.89
Laranjeiras do Sul	- 090/89 - 12.10.89
Ponta Grossa	- 092/89 - 12.10.89
Balsa Nova	- 095/89 - 23.10.89
Ourizona	- 096/89 - 26.10.89
Quatiguá	- 097/89 - 26.10.89
Ribeirão Claro	- 098/89 - 26.10.89
Campina Grande do Sul	- 099/89 - 09.11.89
Floresta	- 100/89 - 17.11.89
Barracão	- 101/89 - 17.11.89
Turvo	- 102/89 - 27.12.89
Barbosa Ferraz	- 108/89 - 27.12.89
Cerro Azul	- 110/89 - 27.12.89

Certo de que a presente solicitação

merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 35/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, os inclusos convênios celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios adiante relacionados, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná-Rural:

Município	n° e data do Convênio
Astorga	- 021/89 - 18.08.89
Catanduvras	- 025/89 - 18.08.89
Cianorte	- 027/89 - 18.08.89
Doutor Camargo	- 031/89 - 18.08.89
Sarandi	- 064/89 - 19.09.89
Itambé	- 037/89 - 19.09.89
Japurá	- 041/89 - 19.09.89
Mandaguacu	- 045/89 - 19.09.89
Mandaguari	- 046/89 - 19.09.89
Marialva	- 050/89 - 19.09.89
Paçandu	- 056/89 - 19.09.89
Presidente Castelo Branco	- 059/89 - 20.09.89
Toledo	- 067/89 - 19.09.89
Bom Sucesso	- 070/89 - 19.09.89
São Pedro do Ivaí	- 071/89 - 19.09.89
Jacarezinho	- 077/89 - 02.10.89

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 36/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assem-

bléia Legislativa, aos Convênios com as cópias em anexo, já celebrados por motivo de urgência, em 12 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios de Inácio Martins (n° 085/89), Jaboti (n° 086/89), Palmital (n° 091/89), Pitanga (n. 093/89), Rebouças (n° 088/89) e Teixeira Soares (n° 087/89), objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná-Rural.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 37/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, os inclusos convênios celebrados anteriormente a 5 de outubro de 1989, data da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e os Municípios adiante nominados, objetivando implantação do sistema de abastecimento de água no meio rural.

Município	data da celebração
Assis Chateaubriand	- 11.07.89
Antônio Olinto	- 30.08.89
Cerro Azul	- 31.08.89
Lobato	- 15.08.89
Santo Antônio da Platina	- 15.08.89
Terra Rica	- 15.08.89
Apucarana	- 29.09.89
Cascavel	- 29.09.89
Corbélia	- 29.09.89
Conselheiro Mairinck	- 29.09.89
Pérola do Oeste	- 29.09.89
Tibagi	- 28.09.89
Toledo	- 29.09.89
Santa Inês	- 29.09.89

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 38/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e os Municípios adiante nominados, objetivando implantação do sistema de abastecimento de água no meio rural:

Município	data da celebração	
Lunardelli	-	31.10.89
Pinhalão	-	31.10.89
Rebouças	-	31.10.89
Ribeirão do Pinhal	-	10.10.89
Santo Antônio da Platina	-	10.10.89
Terra Rica	-	10.10.89
Doutor Camargo	-	22.11.89
Doutor Camargo	-	22.11.89
Marialva	-	08.11.89
Vera Cruz do Oeste	-	05.12.89
Antônio Olinto	-	30.01.90
Mandaguaçu	-	31.01.90
Mandaguari	-	31.01.90
Faxinal	-	31.01.90
Pinhão	-	15.01.90
São Mateus do Sul	-	30.01.90
São João do Ivaí	-	30.01.90
Uniflor	-	31.01.90

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 039/90

Curitiba, 21 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Assembléia Legislativa, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 04 de outubro de 1989, antes, portanto da promulgação da atual Constituição Estadual (05.10.89), entre o Estado

do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado e os Municípios de Cascavel, Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Castro, Cianorte, Colombo, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Francisco Beltrão, Goioerê, Guarapuava, Ibaiti, Ibitiporã, Irati, Ivaiporã, Laranjeiras do Sul, Loanda, Marechal Cândido Rondon, Nova Esperança, Palmas, Paranaguá, Peabiru, Piraquara, Pitanga, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Sudoeste, São José dos Pinhais, Telêmaco Borba, Toledo, Wenceslau Braz, Medianeira, Guaraniaçu, Guaíra, Realeza, Pérola e Primeiro de Maio, objetivando implantação e manutenção dos serviços de assistência judiciária gratuita nos referidos Municípios.

Para os mesmos fins são também encaminhados cópias de convênios celebrados em 04 de outubro de 1989, com a Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Fundação Universidade Estadual do Norte Pioneiro e Associação Paranaense de Ensino e Cultura - Faculdade de Direito de Umuarama, para iguais objetivos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 40/90

Curitiba, 23 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta o valor de Ncz\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzados novos) para a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social.

O referido crédito será utilizado para atender despesas com a construção do Hospital Penitenciário, conclusão da creche na Penitenciária Feminina e obras de pecuária na Colônia Penal Agrícola.

Esclareço que as fontes de recursos para cobertura da referida suplementação são provenientes da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, no valor de NCz\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados novos) e do saldo de receita existente na Lei Estadual n. 9.173, de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o

Orçamento Geral do Estado para 1990, no valor de NCz\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos).

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reiterei a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzados novos) para a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, conforme dotação abaixo:

- 4304.02040152.139 - Supervisão do Complexo Penitenciário.
- 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.
- fonte 20 - NCz\$ 100.000.000,00
- fonte 00 - NCz\$ 10.000.000,00
- TOTAL NCz\$ 110.000.000,00

Art. 2º - Os recursos para compensação desta suplementação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SE-PL, na dotação 1701.07401831.104 - Programações Especiais para as Áreas de Segurança e Justiça - elemento 4130.00 Investimentos em regime de Execução Especial, no valor de NCz\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados novos) e do saldo de receita existente na Lei n. 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 1990, no valor de NCz\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 0159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n. 403/89, constante na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 004/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito Alto Ivaí, para que a respectiva população decida sobre o desmembramento do Município de Pitanga e anexação ao município de Manoel Ribas.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição prende-se ao fato de que com a anexação do Distrito Alto Ivaí ao Município de Manoel Ribas a população local seria altamente beneficiada, pois, geograficamente a área está mais próxima de Manoel Ribas do que de Pitanga, além do que os moradores daquela localidade para se deslocarem a Pitanga precisam passar, necessariamente, por Manoel Ribas em função da estrada que corta por aquele município.

Sabe-se que aquela região é essencialmente agrícola, vivendo da produção dos minifúndios, portanto, tais agricultores recebem assistência rural e movimentam seu capital e produtos através dos serviços (bancos, comércio, compra de insumos, oficina/manutenção de tratores e equipamentos agrícolas e etc) oferecidos no Município de Manoel Ribas.

No tocante à educação e à saúde também, a população do Distrito Alto Ivaí é assistida indiretamente por Manoel Ribas, pois é o Município que fornece suporte técnico, material e de recursos humanos para aquela localidade.

Diante do exposto, o signatário deste Projeto de Resolução entende que a imediata aprovação do mesmo só responderá aos verdadeiros anseios da população de ALTO IVAÍ.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 055/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública o Lar Preservação da Vida, com sede à rua Flamengo s/n, Vila Marumby na cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Lar Preservação da Vida, com sede a Rua Flamengo s/n. na cidade de Maringá, é uma entidade filantrópica e sem fins

lucrativos, e foi criada para dar atendimento e orientação às mulheres gestantes sem recursos financeiros ou aquelas que foram rejeitadas e abandonadas pela família. Em anexo ao presente projeto de lei, os Estatutos da entidade e também o relatório das atividades desenvolvidas durante o ano de 1989, que mostra o grande trabalho que está sendo desenvolvido junto a comunidade maringense.

PROJETO DE LEI N° 056/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede a rua Curitiba s/n, na cidade de Santa Fé.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE com sede na cidade de Santa Fé, é uma entidade civil e sem fins lucrativos, e foi fundada com a finalidade de manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação e inserção social do excepcional que muitas vezes é marginalizado pela sociedade.

O trabalho desenvolvido pela APAE da cidade de Santa Fé, poderá ser melhor analisado no relatório das atividades desenvolvidas por aquela entidade e que estamos anexando ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 057/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Guarapuava.

Art. 2° - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando

grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infraestrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 058/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Laranjeiras do Sul.

Art. 2° - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infraestrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 059/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Ivaiporã.

Art. 2° - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infra-estrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 060/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Londrina.

Art. 2° - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infra-estrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 061/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Nova Londrina.

Art. 2° - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infra-estrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 062/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Umuarama para atender aquela região.

Art. 2° - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos

governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infra-estrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 063/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Santa Fé para atender a toda aquela região.

Art. 2° - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infra-estrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 064/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Antonina para atender a toda região do litoral.

Art. 2° - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infra-estrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 065/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Cascavel.

Art. 2° - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infra-estrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 066/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - De acordo com o Art. 197,

Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Maringá.

Art. 2º - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infraestrutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 067/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - De acordo com o Art. 197, Item VII da Constituição do Estado do Paraná, fica criado o Centro Regional Desportivo para Deficientes Físicos na cidade de Campo Mourão.

Art. 2º - O Centro Regional Desportivo será equipado e estruturado pelo Governo do Estado do Paraná, e deverá atender aos deficientes físicos de toda a região.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sido representado pelos deficientes físicos em várias modalidades esportivas disputadas não só no território paranaense, mas em várias cidades e regiões do Brasil, conquistando grandes vitórias e elevando ainda mais o alto nome do nosso Estado. E essas vitórias conquistadas, têm sido com o mérito e o esforço dos próprios atletas, que não têm tido o apoio dispensado pelos órgãos governamentais a outras categorias esportivas. E nada mais justo do que dar aos deficientes físicos, o apoio e a infra-es-

trutura necessária para que possam desenvolver o esporte e cada vez mais conquistar novos adeptos, aumentando o número de atletas nas diversas modalidades esportivas.

PROJETO DE LEI N° 068/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem, a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais, perante o órgão policial competente.

Parágrafo Único - Na Capital, o registro far-se-á junto à Delegacia de Ordem Social, após despacho final do titular da Diretoria de Polícia Civil.

Art. 2º - O requerimento de registro será instruído com os seguintes documentos:

I. Registro na Junta Comercial do Paraná;

II. Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

III. Vistoria favorável da Saúde Pública, Corpo de Bombeiros e Prefeitura Municipal;

IV. Certidões negativas de antecedentes criminais do proprietário ou responsável pelo estabelecimento;

V. Prova de permanência legal no país, quando o proprietário ou responsável for estrangeiro.

Parágrafo Único - Atendidas as exigências do registro, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria Estadual de Saúde Pública vistoriarão, periodicamente, os estabelecimentos.

Art. 3º - O alvará de funcionamento será concedido uma vez preenchidos os requisitos do art. 2º, em todos os seus itens, nele figurando o número de ordem, o nome do estabelecimento, o nome dos proprietários e responsáveis e o nome de fantasia do estabelecimento.

Parágrafo Único - Para obtenção do alvará será recolhida a taxa prevista nesta Lei e a especificada na Lei n° 7257, de 30 de novembro de 1979.

Art. 4º - O alvará será renovado anualmente até o dia 28 de fevereiro de cada ano, mediante apresentação de guia de recolhimento das taxas de renovação, devidamente quitadas.

Parágrafo Único - O valor da taxa estipulada por esta lei corresponderá a 0,3 MVR do Estado do Paraná vigente no mês de fevereiro do ano correspondente, para cada aposento que o estabelecimento possuir e do valor previsto na Lei n° 7257, de 30 de novembro de 1979.

Art. 5º - A mudança de nome ou espécie do estabelecimento dependerá de alvará que

será expedido pela autoridade policial.

Art. 6º - Em caso de alienação do estabelecimento, o novo proprietário ou responsável, mediante prova de aquisição, requererá à autoridade policial a transferência de registro, satisfeitas as exigências desta lei, providenciando-se a baixa do registro anterior.

Art. 7º - O estabelecimento de hospedagem somente poderá transferir-se do prédio mediante prévio requerimento à autoridade policial e satisfeitas as exigências do item III, do art. 2º, desta lei.

Art. 8º - Não será licenciado o estabelecimento cujo proprietário ou responsável tiver sido condenado em processo crime contra os costumes, saúde, incolumidade pública, patrimônio ou por contravenção.

Parágrafo Único - Não será licenciado o estabelecimento pertencente a Sociedade ou Associação da qual faça parte, sob qualquer forma, pessoa condenada em procedimento penal regular.

Art. 9º - Os estabelecimentos de hospedagem não poderão funcionar sem o registro de que trata o art. 1º desta lei, sujeitando-se às penalidades nela especificadas.

Art. 10 - Não serão concedidas autorizações a título precário ou provisório para funcionamento de estabelecimentos de hospedagem.

Art. 11 - O pretendente a hospedagem somente poderá ocupar os aposentos após identificar-se, devendo o hospedeiro lançar no livro de registro de hóspedes o número do documento de identidade, tipo, órgão emissor e Estado; a data completa e a hora de entrada do hóspede, o número do aposento destinado e a data completa e hora da saída.

Art. 12 - O livro de registro de hóspedes a ser utilizado é o estabelecido no Decreto nº 26.187, de 26 de julho de 1956.

Art. 13 - Antes de sua utilização, o livro deverá ser encaminhado à Delegacia de Ordem Social, na Capital, e às Delegacias competentes, no Interior do Estado, para que seja procedido o termo de abertura.

Art. 14 - Após o total preenchimento do livro, este será encaminhado à Delegacia competente para ser procedido o termo de encerramento, ficando sob a guarda do estabelecimento de hospedagem pelo prazo de dois (02) anos, podendo, após este período, ser incinerado.

Art. 15 - Os estabelecimentos de hospedagem recolherão ao FUNRESPOL taxa mensal que deverá ser paga até o último dia útil de cada mês, na forma seguinte:

I - 0,40 MVR por aposento que o estabelecimento possuir no regime de diárias, pernoites ou períodos inferiores a 24 horas;

II - 0,10 MVR - PR por aposento utilizado no regime mensalista.

Parágrafo Único - A cada mês, na guia de recolhimento, deverá ser especificado o número de aposentos que foi utilizado sob cada regime de hospedagem, ficando o estabelecimento sujeito às sanções previstas nesta Lei em caso de afirmação falsa.

Art. 16 - Se o pretendente a hospedagem estiver acompanhado de pessoa menor de dezoito anos, deverá comprovar sua condição de responsável legal e, não o sendo, exibirá autorização do responsável ou do Juizado competente.

Parágrafo Único - Na ausência de comprovação ou de autorização, ou em caso de dúvida, poderá ser aceita a hospedagem desde que o responsável pelo estabelecimento acolha as declarações dos pretendentes e as abone, expressamente.

Art. 17 - Não é obrigação do hospedeiro a perquirição do estado civil ou das intenções dos hóspedes, devendo o mesmo evitar, na medida de sua possibilidade, o favorecimento da prostituição, a corrupção de menores, os atentados públicos ao pudor e a perturbação da ordem pública.

Art. 18 - As inspeções aos estabelecimentos de hospedagem serão procedidas pelos órgãos competentes e salvo os casos de inspeção para aferição das perfeitas condições físicas do estabelecimento, as demais ficarão restritas aos locais de recepção e administração.

Parágrafo Único - As inspeções das instalações físicas somente serão feitas entre as 9,00 às 17,00 horas, ou a qualquer momento se os aposentos estiverem desocupados.

Art. 19 - Será cassado o alvará de funcionamento:

I - Quando, habitualmente, os proprietários, responsáveis, empregados ou fregueses perturbarem o sossego alheio, colocarem em risco a vida ou a integridade física de terceiros ou atentarem contra a moral e o decoro;

II - Quando, habitualmente, os proprietários, responsáveis ou empregados do estabelecimento, procurarem dificultar as fiscalizações exercidas pelos órgãos públicos;

III - Quando o estabelecimento deixar de recolher o valor das multas, no prazo previsto no artigo 22;

IV - Quando houver incorreção no preenchimento de documentação estabelecida em lei, com objetivo de obter vantagem.

V - Quando, reiteradamente burlar ou não observar as normas legais pertinentes à sua atividade.

Art. 20 - Independentemente de outras sanções, os estabelecimentos de hospedagem sujeitam-se às seguintes penalidades administrativas.

I - Multa no valor de 7 (sete) a 30 (trinta) MVR-PR:

- a) por falta e registro do estabelecimento na Delegacia Policial competente;
- b) por dificultar a fiscalização policial;
- c) por tolerar ruídos ou algazarras em hora de repouso noturno;
- d) por não exigência de documento de identidade do hóspede;
- e) por não possuir alvará de licença de funcionamento ou não revalidá-lo, anualmente.

Art. 21 - É o titular da Delegacia de Ordem Social a autoridade competente para aplicação das penalidades previstas nesta lei, cabendo recurso, com efeito suspensivo e no prazo de dez dias para o Diretor da Polícia Civil, na hipótese de aplicação de multa.

Parágrafo Único - No interior do Estado, as penas de multa serão aplicadas pela autoridade policial local, cabendo recurso, com efeito suspensivo e no prazo de quinze dias, para o Delegado de Ordem Social a que se comunicará, em igual prazo, o motivo e a aplicação da penalidade.

Art. 22 - Após decisão denegatória do recurso, terá o estabelecimento infrator o prazo de quinze dias para recolher o valor da multa.

Art. 23 - As multas ou quaisquer valores não recolhidos nos prazos previstos, serão corrigidos monetariamente nos mesmos índices das demais taxas ou impostos estaduais.

Art. 24 - Verificada infração passível de multa, será lavrado termo constando data e hora da infração, nome e endereço do estabelecimento, natureza da infração e nome e cargo do encarregado da fiscalização.

Parágrafo Único, O termo será assinado pelo encarregado da fiscalização e pelo responsável pelo estabelecimento ou, quando houver recusa deste, por duas testemunhas, observando-se tal circunstância.

Art. 25 - O termo de infração será lavrado em duas vias na Capital e em três vias no interior, sendo que a segunda via será entregue ao infrator e a terceira via, quando houver, será encaminhada à Delegacia de Ordem Social.

Art. 26 - A primeira via do termo de infração, após autuada, será encaminhada à Delegacia de Ordem Social da Capital, ou Delegacia Policial da localidade, para a aplicação das sanções cabíveis.

Art. 27 - O estabelecimento de hospedagem manterá em sua fachada, obrigatoriamente, letreiro indicativo de sua espécie comercial.

Parágrafo Único, Cassado o alvará de funcionamento, a autoridade policial mandará retirar o letreiro.

Art. 28 - Todas as taxas e multas previstas nesta lei reverterão ao FUNRESPOL.

Art. 29 - Após a publicação desta lei, fica suspensa a impressão das fichas de hospedagem previstas na Lei n° 6416/73.

Parágrafo Único, Publicada esta lei, o critério de fichas previsto na legislação anterior será adotado somente até o encerramento do mês da publicação.

Art. 30 - Esta Lei vigorará à data de sua publicação, revogada a Lei n° 6416, de 03 de julho de 1973 e demais disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 6416/73, face ao tempo transcorrido entre sua edição e esta data, encontra-se afastada da realidade. Mister se faz atualizá-la para dotar o FUNRESPOL de recursos objetivos e permitir aos comerciantes do setor um melhor gerenciamento de seus estabelecimentos, desburocratizando, porém, agilizando e facilitando fiscalização.

Ademais, como se infere do texto, ficam facilitadas as aplicações de penalidades a possíveis infratores de suas disposições.

De outra parte, não há que se falar em bi-tributação na cobrança das taxas disciplinares no texto legal, visto não tratar-se iniciativa da criação de tributos, mas sim, na aplicação de taxas, com contra-prestação de serviços públicos, como licenciamentos, alvarás, fiscalizações, etc...

Dessa forma, com a intenção de haver colaborado para a agilização da fiscalização de estabelecimentos de hospedagem, melhorando seu funcionamento e controle, regulamentando a atividade tanto comercial como a fiscalizatória e policial, espero obter o apoio necessário à aprovação desta medida.

PROJETO DE LEI N° 069/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO FISSURADO LÁBIO-PALATAL de Maringá.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

PROJETO DE LEI N° 070/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Município de

BRAGANTINA, sediado na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, e divisas seguintes.

COM O MUNICÍPIO DE TUPASSI:

- Começa no Rio Alívio no ponto de encontro da divisa entre os lotes 25-24 da Gleba Primavera-Pindorama-Peruíbe, subindo o referido Rio Alívio até a linha de divisa da Colônia Pindorama e Fazenda Britânia.

COM O MUNICÍPIO DE TOLEDO:

- Começa no Rio Alívio no ponto de encontro da linha da divisa entre a Colônia Pindorama e Fazenda Britânia, seguindo daí pela referida linha de divisa rumo Noroeste até o marco "C".

COM O MUNICÍPIO DE PALOTINA:

- Começa no marco "C" por uma linha seca sentido Norte-Sul até a divisa entre os lotes 209-302 da Gleba Cambará.

COM MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND:

- Começa na linha de divisa dos lotes 209-302 da Gleba Cambará, de onde segue sentido Leste entre os lotes 208-210 da Gleba Cambará até atingir o Rio Barreiro, pelo qual desce o ponto de encontro entre os lotes 135-136 da mesma Gleba seguindo daí sentido Leste até a estrada Barreiro, pelo qual segue rumo Norte até o ponto de encontro da linha de divisa entre os lotes 220-A e 221 da Gleba Encantado, seguindo daí sentido Sudoeste pela divisa entre as Colônias Perúbe-Pindorama até o Rio Alívio.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O constante e volumoso crescimento verificado nos últimos anos na localidade de Bragantina por si só justifica o pedido de emancipação que ora formulamos em nome do laborioso povo daquela localidade.

Já há alguns anos, a população daquela cidade reclama pela emancipação política, criando um novo município, o que aliás é direito adquirido em face do progresso gerado pelo trabalho de todos aqueles que se aportaram nas férteis terras da região e, muito mais, ser independente é anseio de todos os povos que se organizam para promover o seu bem-estar.

Formulamos tal pedido baseado na lei que ampara a matéria, mas o fazemos ainda mais porque conhecemos a região e sabemos o quanto a sua emancipação haverá de propulsionar o seu vertiginoso crescimento.

Uma localidade do porte de Bragantina, por não ser município e com isso não contar com determinados órgãos indispensáveis ao seu desenvolvimento, sua população vê-se obrigada a deslocar-se até a Sede do

Município de Assis Chateaubriand, o que ocasiona inúmeros e indesejáveis prejuízos. Verifica-se também que o Município de Assis Chateaubriand, pelo seu exuberante porte, ao perder parte do seu território para o Município que se pretende criar, não sentirá prejuízo de nenhuma espécie uma vez que a área desmembrada não chega a um terço da remanescente.

A necessidade de promover a emancipação política daquela localidade, criando um novo município, já se faz sentir há anos, pois seu povo, sua gente, assim como todos os homens livres, precisam de condições para gerir o seu próprio destino, uma vez que, empiricamente, um município já pré-existe ao se formar as suas entidades sociais, com regras e estatutos, dando a cada uma condições essenciais de autonomia e subsistência.

PROJETO DE LEI N° 071/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 3º da Lei n° 9166, de 27 de dezembro de 1989, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 3º - ...

Parágrafo Único - Os valores venais dos veículos de que trata este artigo, movidos a álcool, ficam reduzidos em 20% (vinte por cento)."

Art. 2º - O § 2º do art. 6º da Lei n° 8925, de 28 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo Art. 1º da Lei n° 9166, de 27 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - ...

§ 2º - No caso de recolhimento indevido do IPVA, a restituição do indébito deverá ser feita a requerimento do contribuinte, à autoridade fazendária, que procederá a devolução devidamente corrigida pela BTNF do dia do recolhimento, até o dia de sua devolução."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o § 3º, do art. 6º, da Lei n° 8925, de 28 de dezembro de 1988, acrescentado pelo art. 5º da Lei n° 9166, de 27 de dezembro de 1989, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Como se observa pela simples leitura da Lei n° 9166/89, o art. 6º da Lei n° 8925, passou a ter seus §§ 2º e 3º dispondo sobre repetição do indébito.

Nosso objetivo é unificar aqueles dispositivos.

Por outro lado, os carros a álcool sofreram depreciação com a falta do produto após a elaboração das tabelas, que ora corrigimos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Solicito Preferência de Votação para o Projeto de Lei n° 403/89, item 07, constante da Ordem do Dia, que cria "ad referendum" o resultado do plebiscito do Município de Pontal do Paraná. Já estou providenciando requerimento por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. A Mesa vai apreciar na devida ordem.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Iniciamos mais um ano legislativo. Muitos dizem que o ano começa, realmente, após o carnaval. E me entristece, Sr. Presidente, nós Deputados que aqui estamos, cerca de 20 (vinte) Deputados, sendo penalizados, através da imprensa e a opinião pública do Estado do Paraná, pela falta de "quorum", muitas vezes, pela falta da participação dos Senhores Deputados Estaduais nesta Augusta Casa de Leis.

Eu pedia uma chamada nominal para que este Parlamento, a imprensa e os Anais desta Casa registrem muitas vezes, não querendo generalizar, a omissão daqueles que se dizem representantes legítimos do povo do Paraná.

Durante os três anos em que estamos na Assembléia, foram inúmeras as tentativas de tentar, de uma forma ou de outra, com projetos, com requerimentos, requerimentos de autoria de vários Deputados.

Eu entendo, Senhor Presidente e Nobres Pares, independentemente do Partido, da coloração partidária, que qualquer requerimento pedindo informações deva ser aprovado.

Vamos mais além, já estamos na era da informática e é preciso que o Parlamento, que os Deputados Estaduais, saibam exatamente o que acontece na administração direta, na administração indireta, nas autarquias. E começo a recordar que inúmeros requerimentos de autoria, por exemplo, do Deputado Pedro Tonelli, do Deputado Algaci Túlio, de Deputados da Oposição, que não eram apreciados, nem lidos pelos Parlamentares da Situação.

Ora, se o Governo é transparente, porque não mostrar exatamente aquilo que acontece no Estado do Paraná.

Nós precisamos informatizar!

Aprovação de requerimentos, na minha opinião, torna-se, hoje, obsoleta, porque já está na hora de termos um terminal de computador ligado nesta Assembléia com as demais repartições do Estado. Todas as informações, desejadas pelos Senhores Parlamentares, devem ser imediatamente tecladas

por que o Parlamento precisa saber o que acontece na administração do Estado do Paraná.

Não se sabe a dívida do BADEP, do BANESE, não se sabe, sequer, quanto o BANESE está aplicando hoje. Então o Parlamento e os Deputados ficam perdidos no tempo e no espaço, porque apresentam um requerimento solicitando informações e essas informações dificilmente chegam até nós.

Eu espero, com sinceridade, que inúmeros projetos que apresentaremos na próxima semana, sejam avaliados, analisados e votados por este Plenário.

Nós temos um projeto que pune os Deputados que faltam às sessões, e até hoje não temos informações e não votamos este projeto.

Ora, seria um exemplo, porque nós estamos aqui todos os dias, e o Deputado que vem para trabalhar, para dar satisfação à sociedade paranaense, não precisa temer o projeto que pune o Deputado que faltar a três sessões consecutivas, ou seis alternadas, com gancho sem receber qualquer tipo de "jeton", de representação e encargos gerais de gabinete.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres Pares, e esperamos, com sinceridade, que este seja um ano muito proveitoso para todos nós Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de hoje, tivemos a oportunidade de manter contatos com a Organização das Cooperativas do Paraná, através do seu assessor jurídico, Dr. Mauro, e foi muito oportuno que este contato tenha ocorrido, porque nos permitiu, na condição de Coordenador do Bloco Agropecuário da Assembléia Legislativa, iniciar entendimentos no sentido da mobilização que teremos de fazer, a nível de Assembléia Legislativa, a nível de Comissão de Agricultura, Bloco Parlamentar Agropecuário, no sentido de defendermos os interesses da agropecuária paranaense e, neste momento, mais especificamente, voltado para a questão do algodão, da soja e do trigo.

Para aqueles que ainda não sabem ou que não leram nos jornais, não ouviram no rádio e na televisão, na tarde de hoje, no Vale do Itaipu, mais uma vez um bloqueio aos bancos está acontecendo.

Desta feita, apenas como um alerta. Um alerta às autoridades estaduais, mas com firmeza, um alerta às autoridades federais, porque mais uma vez a agricultura paranaense sofre a violência de uma polí-

tica econômica desastrosa, de uma política econômica desordenada em sua plenitude e sofre principalmente, mesmo que a Constituição assim o determine, sofre pela ausência de uma lei agrícola, a nível nacional, e por conseguinte, a nossa Lei Agrícola Estadual também.

Na sexta-feira passada, em Faxinal, agricultores se reuniram, discutiram a questão do preço dos insumos que está variando uma imensidão e os preços agrícolas que não acompanham esta mesma variação.

Os juros bancários somados às correções, nem se fala. Quem pegou um financiamento em outubro, de 50 mil cruzados, está hoje devendo na ordem de 600 mil cruzados. Prejuízo certo, falência de agricultores, propriedades que se perderão e que sairão das mãos dos verdadeiros trabalhadores do meio rural, que desta feita e mais uma vez estarão abandonando o campo para ir inchar as cidades.

Então, fiquemos, Srs. Deputados, de alerta, prontos para mais uma marcha que haveremos de iniciar nos próximos dias a Brasília, em busca de soluções imediatas para o preço do soja, para o preço do algodão, para a fixação imediata do preço do trigo que irá ser plantado, para que não aconteça como aconteceu em 85/86 e 87, no Vale do Ivaí, quando tivemos que bloquear bancos, quando se formou uma Comissão de Agricultores e cujo Presidente aqui está, o Waldomiro Silva, acompanhado de outros agricultores para irmos hoje ainda ao Banestado para tentarmos resolver na plenitude, em definitivo, o problema daqueles que eram mais de 500 agricultores indivíduos e perdendo as suas propriedades e que hoje restam pouco mais de 30 agricultores. Graças à ação do Governador Álvaro Dias, à época, foi possível fazer uma ampla e geral renegociação da dívida dos agricultores nos mais diferentes agentes financeiros, cooperativas e casas comerciais e esses produtores continuaram tendo as suas propriedades, esses agricultores continuaram podendo trabalhar na lavoura e apenas 30 pessoas hoje é que estão ainda pendentes.

Portanto, Srs. Deputados, dentro de alguns minutos estaremos no Banestado com o Dr. Almeida, o Waldomiro e seus companheiros de viagem para tentarmos resolver esse problema e estamos aqui torcendo para que não se repita o que aconteceu naquela ocasião, porque o quadro que aí temos, da falta de recursos para pagamento de trigo já vendido no ano passado, da falta de uma definição de preço para o trigo que vai ser plantado, do preço injusto para o algodão, do preço injusto para o soja que está sendo colhido hoje. Fiquemos alertas. O bloco agropecuário, a Comissão de Agricultura haverá de reunir os Srs. Parlamen-

tares, junto com as cooperativas, com os Sindicatos, com as Associações, para tomarmos as medidas que forem necessárias para defesa da agricultura e da pecuária paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 24 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei em nº de 13 (treze) de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, contante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 403/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Eu dispenso a verificação no Requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Dispensar a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. 08 (oito) Srs. Deputados aprovaram. Não há quorum para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Resolução
n° 03/90

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s
118, 230, 265, 285 e 295/89.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n°
97/89.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n°
98/89, e dos Projetos de Lei n°
403/89, 10, 15 e 52/90.

Levanta-se a sessão.

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO - COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
BALANÇOTE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1989

ATIVO

DISPONÍVEL

201.10 - Tesouraria 43.140.278,50
43.140.278,50

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

202.11 - Pessoal Civil 31.634.395,09
202.12 - Obrig. Patronais 3.046.899,64
202.21 - Mat. de Consumo 1.198.470,55
202.22 - S. T. e Encargos 4.607.934,75
202.23 - Desp. do Exerc. Ant. 11.017,15
202.31 - Sub. Sociais 907.200,00
202.41 - Inativos 9.780.553,08
202.42 - Pensionistas 965.486,43
202.43 - Salário Família 46.799,50
202.44 - Apoio Financ. a Est. -0-
202.45 - Assist. Méd. Hosp. 147.627,00
202.46 - Out. Transf. a Pessoas 707,72
202.51 - Obras e Instalações -0-
202.52 - Equip. e Mat. Perm. -0-
52.347.090,91

CONTAS PENDENTES

203.11 - Desp. Diferida -0-
203.12 - Out. Cont. Pend. -0-
203.13 - Div. Responsáveis -0-

EXERC. DESP. EXTRA ORÇAMENTÁRIA

204.11 - Receita Patrimonial 3.491.768,78
204.12 - Outras -0-
3.491.768,78

TOTAL DO ATIVO 98.979.136,19

DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

PALÁCIO "XIX de DEZEMBRO" em 18 de dezembro de 1989.

PASSIVO

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

PESSOAL
211.11 - Pessoal Civil 31.319.000,00
211.12 - Obrig. Patronais 2.286.000,00
211.13 - Inativos 10.759.000,00
211.14 - Pensionistas 1.013.000,00
211.15 - Salário Família 54.000,00
211.16 - Out. Transf. Pessoas 2.000,00
45.433.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

211.21 - Mat. de Consumo 748.433,00
211.22 - S. T. e Encargos 2.880.386,00
211.23 - Desp. do Exerc. Ant. 13.870,00
211.24 - Sub. Sociais 907.200,00
211.25 - Apoio Financ. Est. -0-
211.26 - Assist. Méd. Hosp. 147.627,00
4.697.516,00

CAPITAL

211.31 - Obras e Instalações -0-
211.32 - Equip. Mat. Perm. -0-

CREDORES

212.10 - Desp. Empenhada 1.646.915,00
213.10 - Desp. Processada 1.310.874,49
213.20 - Folha de Pagamento 847.713,15
213.30 - Restituições 178,02
3.805.680,66

CONTAS PENDENTES

215.10 - Out. Cont. Pendentes 89.259,08
215.11 - Ext. dos Contavos -0-
89.259,08

RESTOS A PAGAR

216.10 - Empenhadas 16.566,88
216.20 - Processadas 248,92
216.30 - Cred. em Consignações 29,69
216.40 - Proc. Fol. Pagamento -0-

CREDORES DIVERSOS

217.10 - Consignações 16.845,49
1.812.510,01

RECEITA PATRIMONIAL

218.10 - Rec. de Aplicações 43.124.326,95
218.11 - Rec. Diversas -0-
43.124.326,95

TOTAL DO PASSIVO 98.979.136,19

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE REF. PERÍODO DE 01.01.89 a 31.12.89

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		PATRIMÔNIO	
CONTAS CORRENTES		Patrimônio Líquido	
Banestado	33.816,38	1.519.844,44	
Bamerindus	370,20		
	<u>34.186,58</u>		
POUPANÇA			
Banestado	6.637.660,87		
Bamerindus	<u>12.612.613,14</u>		
	19.250.274,01		
APLICAÇÕES		RECEITA	
Bamerindus c/Over Night	3.873.423,54	Renda de Contribuições	2.086.159,73
	<u>23.157.884,13</u>	Renda de títulos	21.523.021,85
		Juros de Empréstimos	75.148,46
		Outras Rendas	971.176,62
		Contrib. Lei 7771/83	18.351,01
			<u>24.673.857,67</u>
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	0,03		
DESPESAS			
Aposentados	3.000.510,76		
Serviços de Terceiros	32.218,16		
Materiais de Consumo	988,13		
Seguros	<u>2.100,90</u>		
	3.035.817,95		
TOTAL DO ATIVO	26.193.702,11	TOTAL DO PASSIVO	26.193.702,11
LAURO LOBO ALCANTARA		VICENTE P. RODACKI	
Tesorreiro		Contador CRC-PR 6635	
		WERNER WANDERER	
		Presidente	

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA

BALANCETE REFERENTE PERÍODO DE 01.01.90 A 31.01.90

A T I V O

CIRCULANTE

Contas Correntes

Banestado	278.682,83
Bamerindus	513,64

279.196,47

Poupança

Banestado	10.234.528,22
Bamerindus	19.463.500,80

29.698.029,02

Aplicações

Bamerindus c/Over	5.771.895,89
	35.749.121,38

PERMANENTE

Imobilizado

Móveis e Utensílios

5.230,00

DESPESA

Aposentados	1.082.246,42
Ajuda de Custo	24.865,96
Despesas bancárias	4,38
Seguros	655,20
Imposto de Renda s/ Aplicação	120.930,72
Imposto Estadual s/ Aplicação	6.046,43

TOTAL DO ATIVO	1.234.749,11
	36.989.100,49

P A S S I V O

CIRCULANTE

IR Fonte a recolher

84.688,53

PATRIMÔNIO

Patrimônio líquido

23.164.938,43

RECEITA

Renda de Contribuições

714.692,57

Renda de Aplicações

13.024.712,70

Outras Rendas

68,26

TOTAL DO PASSIVO	13.739.473,53
	36.989.100,49

(aa) LAURO LOBO ALCANTARA

Tesoureiro

WERNER WANDERER

Presidente

VICENTE P. RODACKI

Contador CRC/PR 6635